CRESS-PR em MOVIMENTO

CRESS PR
Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região

Gestão: Tempo de resistir: nenhum direito a menos! CRESS-PR 2017-2020

DEMOCRACIA VENCE NA 2ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DAS MULHERES

2ª CNSMu

A II Conferência Nacional de Saúde das Mulheres, convocada e realizada pelo **Conselho Nacional de Saúde, reuniu cerca de 1800 mulheres**. Momento destacado, que fica para a história, foi o intenso repúdio – expresso por vaias e gritos de "Fora Temer!" – manifesto contra o "ministro" da Saúde dos golpistas, Ricardo Barros, ao tentar discursar para a plateia da conferência.

A Conferência "Saúde das Mulheres: Desafios para a Integralidade com Equidade" recupera um processo de mobilização social 31 anos depois da primeira Conferência. Em março de 1986 o movimento de mulheres ocupava a 8ª Conferência Nacional de Saúde com o lema "as mulheres adoecem pelo simples fato de serem mulheres". A agitação garantiu que se aprovasse a realização da I Conferência de Saúde e Direitos das Mulheres, que ocorreu em outubro do mesmo ano. Muitas lutas e conquistas marcaram esse período inicial.

A II Conferência teve no centro do debate a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres. Foram três dias de discussões sobre o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, das vulnerabilidades e da equidade, do mundo do trabalho e suas consequências, das políticas públicas e da participação social - sempre na perspectiva dos reflexos na vida e saúde das mulheres.

Foto: Portal Catarinas

Elza Campos participando da II Conferência

Para Carmem Lucia, coordenadora nacional da II Conferência e representante da União Brasileira de Mulheres, "quando o Conselho Nacional de Saúde convocou esta Conferência, não o fez como sendo um órgão de governo. O Conselho Nacional de Saúde é uma instância do Sistema de Saúde do Brasil, que desde 1990 se chama SUS. O Conselho é uma instância de controle social do SUS e - neste momento de grandes ameaças aos direitos sociais e de retrocesso geral do país - a realização da Conferência o constitui como um pólo de resistência, para que os direitos não retrocedam".

No trigésimo aniversário do SUS (criado em 1987, regulado em 1990), com as atuais crises recorrentes, a escassez de profissionais, problemas de financiamento, e, mais recentemente, o ataque do governo federal ao conjunto das políticas públicas, a realização da Conferência foi feito de grande significado político. Milhares de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, de comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, LGBT e pessoas com deficiência reafirmaram a luta pelo SUS constitucional e pela política integral de saúde das mulheres como um direito, bem como a equidade como ferramenta para combater as desigualdades, especialmente as de gênero.

Um dos pontos altos da Conferência foi a manifestação contra as medidas de congelamento de recursos públicos por 20 anos e contra a mercantilização e várias formas de privatização do SUS que ferem a Constituição Federal e a democracia, criando um cenário de ruptura institucional da agenda de construção solidária do acesso das mulheres à saúde integral equânime.

A participação e a permanência dos órgãos que representam a classe trabalhadora nos conselhos de políticas públicas e de direitos é uma manifestação da resistência contra o governo golpista e suas medidas antidemocráticas. Um governo golpista e entreguista como o de Temer se mostra absolutamente contra a realização de conferências amplas temáticas para apontar políticas públicas, tanto pelo seu posicionamento antidemocrático, como por não manifestar interesse em tais políticas públicas. Assim, é de fundamental importância a defesa da continuidade de tais espaços como bastiões de resistência.

Temos a certeza de que foi acertada e importante a participação do Conselho Regional de Serviço Social do Paraná na 2ª CNS da Mulher. É preciso ter clareza do papel dos conselhos de políticas públicas e de direito e conferências, que não se caracterizam como órgãos auxiliares de governos. São conquistas democráticas e, antes de tudo, espaços

Movimento feminista faz ato público na II CNSM.

de controle social. Deixar de participar destes espaços neste momento pode até parecer um posicionamento heróico, mas, na prática a não-participação significa deixar o campo livre para o golpismo.

Na Conferência assumimos o mote do movimento social e feminista, que trata da luta contra a violência as mulheres, "NENHUMA A MENOS". Nos posicionamos em defesa dos direitos sociais; estes, se cortados, também se configura aí um ato de violência.

Como resultado, foram aprovadas na Conferência todas as propostas dos movimentos sociais e feministas, como: a luta contra as reformas previdenciária e reforma trabalhista; a descriminalização do aborto; a manutenção e ampliação da licença- maternidade; a luta contra qualquer tipo de violência sobre as mulheres; a defesa intransigente da Política de Atenção Integral à Saúde das mulheres; a rejeição a qualquer prática de discriminação de gênero; a revogação da Emenda Constitucional 95/2016 (teto dos gastos); o asseguramento pelo Governo Federal da proteção coletiva, pelas três esferas de gestão, aos povos e comunidades tradicionais, às mulheres do campo, marisqueiras, indígenas, quilombolas, LGBT, mulheres privadas de liberdade, mulheres em sofrimento mental, comunidades tradicionais de matriz africana.

Quando foi proposta uma moção de apoio ao Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), contribuímos com sua reprovação, pois o dito "Estatuto" é claro expediente visando a barrar qualquer possibilidade de aborto às mulheres que a ele precisem recorrer.

Com isso, reforçamos: "nenhum direito a menos".

Conteúdo: Elza Maria Campos – Conselheira do CRESS – PR e delegada na II Conferência Nacional de Saúde da Mulher pela União Brasileira de Mulheres.
Comissão de comunicação: Jucimeri Silveira, Tamíres Oliveira, Daniel Soares da Silva e Sintatica Comunicação.